

DOSSIÊ TEMÁTICO

Educação revolucionária:

O uso da educação humanística e interseccional como forma de combate às violências

Daiane de Jesus Oliveira¹

Jucinara Conceição dos Reis²

Resumo: A presente produção textual propõe-se a discorrer acerca de opressões que corpos negros, femininos e não-heterossexuais sofrem em uma sociedade cujas práticas educacionais e padrões comportamentais e culturais são regidas por uma figura central de poder e conhecimento: o homem branco heterossexual. O ensaio volta o olhar para os aspectos excludentes da instrução vigente nas instituições de ensino formal, abordando a importância da implementação de discussões antiopressão nesses ambientes, apontando benefícios para aqueles que acessam as redes de ensino, enquanto evidencia a comunidade estudantil como multiplicadora e modificadora da realidade social. A educação revolucionária, com proposta interseccional e baseada no respeito às diferenças, é apontada como uma ferramenta de combate às violências.

Palavras-chave: Educação; Interseccionalidade; Combate às violências.

¹ Daiane de Jesus Oliveira [daianeoliveira@gmail.com], bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pelo Centro Universitário Jorge Amado e discente do Bacharelado Interdisciplinar em Artes pela Universidade Federal da Bahia.

² Jucinara Conceição dos Reis [jucinara.sinara@gmail.com], bacharel em Design Gráfico com Comunicação Visual com ênfase nos meios digitais pela Universidade Salvador - Unifacs. Discente do Bacharelado em Estudo de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia (BEGD/UFBA).

Introdução

Olhar para a educação como ferramenta de transformação não é algo atual. Paulo Freire, com pensando em uma forma de erradicar o analfabetismo, desenvolveu um trabalho pedagógico relacionando a Educação como um ato libertador. Ao acabar com o analfabetismo, sujeitos teriam a instrumentalização para serem agentes de transformação do seu mundo. No entanto, mesmo sem as amarras da barreira da linguagem e escrita, esses sujeitos podem ter outras barreiras sociais, econômicas, de acesso à informações e mesmo das estruturas em que estão inseridos. Assim, além do letramento, é importante que a educação para ser libertadora também seja revolucionária do que propõe trazer aos educandos.

A educação com um olhar singular, que trata os sujeitos como corpos que também detém conhecimentos, histórias, origens e traz propostas para agregar e valorizar o que já existe nos educandos e estimula a reflexão é uma educação que prepara esses corpos para combater as desigualdades ou, pelo menos, não serem agentes que reproduzem violências estruturais de suas comunidades como o racismo, sexismo, misoginia, LGBTfobia, dentre outras.

Os sistemas de opressões

“Artigo 1 - Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948)

Em 1948, durante uma Conferência, líderes mundiais definiram quais os direitos que precisavam ser assegurados para todos os indivíduos, surge então a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Apesar de um marco na história por ser o primeiro documento a tratar dos direitos humanos de forma universal, essa sociedade ao falar de direitos que contemplem a todos, refere-se aos “homens”, espelhando nessa imagem àqueles que possuem direitos.

Existe uma estrutura que além de considerar o homem como sujeito de saber e direitos, também designa a função social de uma mulher, como acredita autoras como a hooks³ (2009). “[...] nós, mulheres e homens, temos sido socializados desde o nascimento para aceitar pensamentos e ações sexistas”, hooks (2019, p.13). Mas, para o além de convenção social do que é permitido ou não para as mulheres, o gênero também pode atuar como uma espécie de condicionamento de vida, que aprisiona corpos e pensamentos. Assim, é preciso um exercício constante de contravenção social para a libertação de padrões que desde antes do nascimento são indicados para o sujeito feminino através de práticas machistas, sexistas e patriarcais.

Gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado. No entanto, como veremos, nenhum indivíduo existe sem relações sociais, isto desde que se nasce. Portanto, sempre que estamos referindo-nos ao sexo, já estamos agindo de acordo com o gênero associado ao sexo daquele indivíduo com o qual estamos interagindo. Por exemplo, alguma de vocês, mulheres, já pensou alguma vez em assinalar M e não F nos inúmeros formulários que temos de preencher em nossa vida cotidiana? E vocês acham que a burocracia que lê estes formulários age de forma igual frente a indivíduos classificados como M ou F? Na verdade, sempre agimos como mulheres socialmente programadas e não, como costumamos pensar, como mulheres biologicamente determinadas. É claro que podemos (e devemos) modificar cotidianamente aquilo que é esperado dos indivíduos do sexo feminino, pois o gênero (ou seja, aquilo que é associado ao sexo biológico) é algo que está permanentemente em mudança, e todos os nossos atos ajudam a reconfigurar localmente as representações sociais de feminino e de masculino. Na verdade, em todas as sociedades do planeta, o gênero está sendo, todo o tempo, ressignificado pelas interações concretas entre indivíduos do sexo masculino e feminino. Por isso, diz-se que o gênero é mutável. (GROSSI, Miriam. p.4)

Com um olhar interseccional, as opressões beneficiam a um sistema que tem em um determinado corpo o padrão, sendo ele o homem branco heterossexual. Sendo que, quanto mais distante alguém estiver desse padrão, mais haverá incidência de

³ bel hooks. A escritora, acadêmica e feminista estadunidense adotou a grafia de seu nome em letras minúsculas como posicionamento político, para demarcar que o conteúdo de sua escrita devem receber maior destaque que seu nome, escolhido em homenagem a sua avó.

opressões. O que não quer dizer que o homem branco heterossexual não possa vir a ter opressões, no entanto os fatores do machismo, racismo e da sexualidade essa pessoa não enfrentará, mas pode sofrer na luta de classes por não deter o capital. Audre Lorde, 2009, ao escrever “Não há hierarquia de opressão”, aborda a correlação de opressões, deixando óbvio que o combate a apenas uma manifestação de exclusão é contraproducente, sendo necessário unir esforços na tentativa de resolver as inúmeras desigualdades geradas pelos sistemas de opressão.

Quando eu sei que eu não posso me dar o luxo de lutar apenas uma forma de opressão somente. Eu não tenho como acreditar que liberdade de intolerância é direito de apenas um grupo particular. E eu não posso escolher entre as frentes em que eu devo batalhar essas forças da discriminação, onde quer que elas apareçam pra me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não durará muito para que depois eles aparecerem pra destruir você. (LORDE, Audre. 2009)

Ao compreender esses atravessamentos de raça, gênero e sexualidade é possível identificar violências de ordens diversas para com os corpos que não são considerados o oposto, logo o outro, como conceituou Simone de Beauvoir no livro *O Segundo sexo: Fatos e Mitos*, trazendo uma análise de como a mulher está socialmente nessa posição contrária e dicotômica do homem. Já a, Grada Kilomba (2008), apresenta as mulheres negras com suas opressões de raça e gênero como o sujeito “o outro do outro” em comparação ao homem branco.

Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro. (KILOMBA, 2010, p.124)

Oficialmente no Brasil a escravização acabou com a assinatura da Lei n.º 3.353 de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea, que dava liberdade aos escravizados, homens, mulheres e jovens negros. Porém, o processo de escravização, além de não ser erradicado, na atualidade conta com ferramentas mais sofisticadas e outras nomenclaturas, mas a opressão e as violências simbólicas e psicológicas seguem vigentes.

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no carnaval ou nos oba-oba [...]2 só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço. E, pensando bem, entrada de serviço é algo meio maroto, ambíguo, pois sem querer remete a gente prá outras entradas (não é “seu” síndico?). É por aí que a gente saca que não dá prá fingir que a outra função da mucama tenha sido esquecida. Está aí. (GONZALEZ, Lelia. 1984, p.230-231)

É importante registrar que, conforme dados disponíveis no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, no Brasil, grande parte das mulheres negras, em sub-empregos, em situação de vulnerabilidade são arrimos e chefes de família. Segundo dados catalogados pelo IPEA, no Brasil, em 2015, haviam mais de 15 milhões de famílias chefiadas por mulheres negras. Lélia Gonzalez (1984) traz a perspectiva de como a chefia de famílias pesa para essas mulheres e as várias penalizações por elas sofridas.

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, “mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país). Cabe de novo perguntar: como é que a gente chegou a este estado de coisas, com abolição e tudo em cima? (GONZALEZ, Lelia. 1984, p.231)

Em muitos momentos grupos que lutam contra violências e combates à opressões acreditam que estão imunes a reproduzir o preconceito que acreditam lutar para combater. Porém, a violência não está desassociada de um sistema de opressão que coloca quem não é um par exatamente igual na posição de diferente e um outro. De acordo com os parâmetros de raça, classe, gênero, sexualidade, religião, país em que vive e até ideologias políticas um sujeito pode ser posto na posição de superior e inferior perante a sociedade, que considera o ideal o homem, branco, heterossexual, de religião

hegemônica, com nível superior e uma situação financeira confortável perante o capitalismo. Sendo assim, existe a necessidade de identificar padrões de opressões até em estruturas que se imagina estarem livre dessas, como dentro dos lares.

“Ainda que a violência doméstica esteja abundantemente representada na mídia de massa e que em todas as frentes haja discussões, o público raramente conecta o fim da violência masculina ao fim da dominação masculina e à erradicação do patriarcado. A maioria dos cidadãos desta nação ainda não compreende a conexão entre dominação masculina e violência masculina em casa. E essa dificuldade de entendimento é ainda ressaltada quando nossa nação é cobrada a responder por assassinatos violentos de familiares, amigos e colegas por garotos de todas as classes. Na mídia, todo mundo levanta a questão acerca do porquê de essa violência estar acontecendo, sem conectá-la ao pensamento patriarcal.” (hooks, 2019, p.160-161)

A educação libertadora como forma de combater as opressões

bell hooks (2009) na obra *o feminismo é para todos: políticas arrebatadoras* afirma que “Sem ter homens como aliados na luta, o movimento feminista não vai progredir”. A autora aborda a importância de ter aliados e uma luta universal contra opressões, trazendo a reflexão que o feminismo não atua contra homens, atua contra um sistema de dominação masculina e patriarcal que tende a gerar opressões contra os corpos que não se enquadrem no seu ideal, homens, brancos, de classe social privilegiada, adepto de religiões hegemônicas, heterossexual, dentre outros fatores que ajudem a causar no outro a imagem de outro, de diferente e conseqüentemente inferior.

Uma das principais dificuldades de pensadoras feministas encaravam quando confrontavam o sexismo na família era o fato de, com muita frequência, mães transmitirem o pensamento sexista. Mesmo nos lares onde não haviam um pai presente, as mulheres ensinavam, e ensinam pensamentos sexistas para as crianças. De maneira irônica, várias pessoas pressupõe que qualquer lar é automaticamente matriarcal quando a mulher é chefe da família. (hooks, 2019, p.109-110)

As linguagens e saberes mais valorizados nas sociedades europeias e ocidentais são aqueles ditos eruditos, ou seja, os saberes adquiridos através da instrução formal, baseada em titulações e validações de um sistema projetado para excluir corpos e saberes, reflexos do processo de expansão européia, colonização de territórios africanos e

americanos e escravização dos povos nativos. Como exemplo, temos as consequências da imposição da língua dos colonizadores e a desvalorização dos outros idiomas, bem descritas por bell hooks em sua obra *Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens*.

Somente como mulher adulta comecei a pensar sobre essas pessoas negras com relação à língua, pensar sobre seu trauma de serem forçadas a testemunhar sua língua se tornar sem sentido na cultura européia colonizadora, onde vozes julgadas estrangeiras não poderiam ser faladas, eram línguas fora da lei, fala renegada. (hooks, bell. 2008, p.858)

A exclusão desses saberes e as diversas barreiras que impedem o acesso de determinados corpos, bem como a supervalorização dos títulos acadêmicos é proposital, pois tem o intuito de manter um ideal de sabedoria, o monopólio dessa sabedoria por um reduzido número de indivíduos e subjugar cultural e socialmente as pessoas excluídas. Estes e outros projetos de exclusão e dominação culminam nos conhecidos sistemas de opressão, tendo desdobramentos diferentes, desde a ausência das pessoas excluídas de determinados ambientes até as suas mortes físicas, passando pela negação de direitos básicos. Pierre Bourdieu (1987), ao discorrer sobre o conceito de juventude, apresenta o cenário no qual classes sociais populares acessam níveis escolares antes interditos e a descoberta de que tal acesso, para além de não acolher as diferenças, demarca ainda mais quais indivíduos usufruem do acesso a direitos/privilégios.

Eu acho – escrevi isto há dez anos – que para que as classes populares pudessem descobrir que o sistema escolar funciona como um instrumento de reprodução, era preciso que passassem pelo sistema escolar. Porque no fundo, na época em que só tinham acesso à escola primária, elas podiam acreditar que a escola era libertadora, ou qualquer outra coisa que dissessem os porta-vozes, ou não pensar em nada. Atualmente, nas classes populares, tanto entre os adultos quanto entre os adolescentes, está se dando a descoberta, que ainda não encontrou sua linguagem, do fato de que o sistema escolar é um veículo de privilégios. (BOURDIEU, 1978)

Para combater a subjugação dos corpos diferentes da normatividade idealizada nos sistemas de opressão, sejam eles pretos, indígenas, pobres, femininos ou fora da heteronormatividade, é preciso mais do que oportunizar o acesso a instrução em instituições de ensino, possibilitar que seus saberes sejam reconhecidos, tanto através da

validação de sua eficiência e veracidade quanto no resgate de suas trajetórias históricas, evidenciando quanto dos saberes reconhecidos atualmente como brancos tiveram origem em povos não brancos, como negros, indígenas e orientais e permitindo que suas trajetórias pessoais sejam levadas em conta nos processos de aprendizado e descoberta.

Ampliar o acesso de pessoas não brancas à instrução formal possibilita que outros indivíduos de corpos não hegemônicos se reconheçam enquanto produtores de saberes. O conhecimento de suas histórias resgata sua autoestima e lhes dá a perspectiva de serem portadores de cultura e resistência, sujeitos de histórias importantes e não meros integrantes de povos passivos, dominados e dependentes.

As pessoas ou grupos sociais com ferramentas que possibilitam a leitura de suas transversalidades, processando suas realidades, na construção de identidades e/ou na busca por seus direitos serão a partir daqui reconhecidas como letradas, tenham ou não conhecimentos de escrita e leitura. O letramento pode advir de saberes individuais e coletivos. Letramento, segundo o dicionário, é a representação da linguagem, enquanto para a pedagogia significa a incorporação funcional das capacidades que conduzem o aprender a ler e escrever.

Existe o entendimento de que a pessoa letrada é a que passou pelos processos de alfabetização e recebeu instrução formal, mas, atualmente o termo é usado na designação do conhecimento prévio para compreender um assunto específico e identificar tanto as causas como as consequências de seus desdobramentos, assim como os meios para combater os efeitos e situações negativas.

Esse conhecimento precisa ser implementado nas instituições de ensino formais, para que estes ambientes passem a respeitar os indivíduos componentes de suas comunidades e formar pessoas com maior capacidade de transformação social. O poema de Adrienne Rich “Os incêndios de papel em vez de crianças”, destacado por bell hooks em seu texto *Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens paisagens/novas linguagens**, publicado em 2008, traz a seguinte reflexão: “Esta é a língua do opressor, no entanto eu preciso dela para falar com você”. A linguagem também pode ser uma ferramenta de exclusão, limitadora e opressora quando vista só sobre o pensamento acadêmico e padrões eurocêntricos.

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os rres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. (GONZALEZ, Lelia. 1984, p. 238)

Sendo que, mesmo com letramento é necessário que haja uma educação libertadora, antirracista, anticlassista, antissexista, antilgbtfobica, feminista e igualitária para que os sujeitos possam ser formados de forma crítica e reflexiva para questionar e subverter aos sistemas de opressão.

Considerações Finais

As análises acerca das possibilidades de pautar a educação formal, como instrumento de mudança social e individual buscou trazer para a evidência parte da vasta produção intelectual contra hegemônica, que contesta a padronização do ser e coloca o protagonismo das histórias e trajetórias em figuras diversas ao padrão masculino, branco, cis, heteronormativo, cristão.

Acreditamos que enveredar por esses diferentes trajetos educacionais, formar pessoas e sociedades mais tolerantes e respeitosas com cada indivíduo. Sendo que, assim como os sujeitos são múltiplos e distintos, precisamos como sociedade aprender a lidar e respeitar as diferenças.

Referências

- BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. A “**Juventude**” é apenas uma Palavra - Entrevista a Anne-Marie Métailié, publicada em *Les Jeunes et le premier emploi*, Paris, Association des Ages, 1978. Extraído de: BOURDIEU, Pierre. 1983. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121.
- hooks, bell. **o feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. - 8ª ed. - Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2019.
- _____. **Language. Teaching New Worlds, New Words**. Publicado em *Teaching to Transgress: Education as Practice of Freedom*. New York: Routledge, 1994. p. 167-175. Traduzido e publicado com autorização de Routledge, Inc, a division of Informa plc.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Ciências Sociais Hoje, São Paulo, v2, 1983, p223-44.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de Gênero e sexualidade**. Coleção Antropologia em Primeira Mão. PPGAS/UFSC, 1998.

IPEA. **Chefia de família**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html>. Acessado em: 14 de jul. 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios do Racismo Cotidiano**. Munster: Unrast Verlag, 2. Edição, 2010.

LORDE, Audre. **Não há Hierarquias de Opressão**. Retirado e traduzido de “I Am Your Sister - COLLECTED AND UNPUBLISHED WRITINGS OF AUDRE LORDE”, Oxford University Press, 2009. Disponível em <<https://we.riseup.net/assets/171382/AUDRE%20LORDE%20COLETANEA-bklt.pdf>>. Acessado em: 14 de jul. 2020.

Nações Unidas. **Declaração de Direitos Universais**. Acessado em 12 de Jul.2020. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>.

Revolutionary education:

The use of humanistic and intersectional education as a way to combat violence

Abstract: The present textual production proposes to address the oppressions that black, female and non-heterosexual bodies go through in a society whose power and knowledge figure is in the heterosexual white man. With an educational approach, the essay turns its attention to the exclusionary aspects of formal instruction in force in educational institutions, from basic to higher education and to address the importance of implementing anti-pressure discussions in these environments, pointing out its benefits for those who access the education networks, the student community as a multiplier and modifier of social reality. Education would be a tool to combat violence.

Keywords: Education; Intersectionality; Combating violence

Recebido: 15/07/2020

Aceito: 27/01/2021